

HISTÓRIA AMBIENTAL, HISTÓRIA REGIONAL E A PESQUISA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ENVIRONMENTAL HISTORY, REGIONAL HISTORY AND RESEARCH IN CONSERVATION UNITS

HISTORIA AMBIENTAL, HISTORIA REGIONAL Y LA INVESTIGACIÓN EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN

Cristian Vian ⁱ  

Resumo: Este artigo visa discutir as possibilidades da pesquisa histórica em unidades de conservação, tendo como aporte teórico-metodológico, as modalidades historiográficas da História Ambiental e História Regional, propondo alternativas que possam ajudar o historiador que adentra este universo, caminhos para desenvolver sua pesquisa.

Palavras-chave: História Ambiental. História Regional. Unidades de Conservação.

Abstract: This article aims to discuss the possibilities of historical research in conservation units, having as a theoretical-methodological contribution, the historiographical modalities of Environmental History and Regional History, proposing alternatives that can help the historian who enters this universe, ways to develop a research problem.

Keywords: Conservation Units. Environmental History. Regional History.

ⁱMestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), com bolsa de fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las posibilidades de la investigación histórica en unidades de conservación, utilizando como marco teórico-metodológico las modalidades historiográficas de la Historia Ambiental y la Historia Regional, proponiendo alternativas que puedan ayudar al historiador que se adentra en este universo, ofreciendo caminos para desarrollar su investigación.

Palabras clave: Historia Ambiental. Historia Regional. Unidades de Conservación.

Discutindo História Ambiental e História Regional

Para que seja possível discutir a pesquisa histórica em unidades de conservação, serão necessários alguns apontamentos sobre História Ambiental e História Regional, e como o aporte teórico-metodológico destes campos historiográficos pode auxiliar o historiador em sua investigação.

A necessidade de compreender as transformações ocasionadas pela interferência humana no meio ambiente torna a História Ambiental um ramo emergente da historiografia. Esse campo da pesquisa histórica criado em meados de 1970, nos permite identificar as mudanças e permanências dos espaços geográficos, paisagens e suas implicações sociais. Segundo Donald Worster:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (1991, p. 199).

A natureza, conforme José Augusto Pádua (2010, p. 83), “sempre foi uma categoria central do pensamento humano”. Não é possível imaginar a existência e evolução do gênero humano sem que este houvesse exercido a apropriação do mundo natural. Para Pádua:

[...] na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com os espaços concretos do planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas –, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural (2010, p. 83).

O historiador ambiental, assim como em outros campos dos estudos historiográficos, se insere em um contexto interdisciplinar. Conforme Worster, “além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas” (1991, p. 202), indicando a necessidade de interação entre as ciências humanas com as ciências da natureza. A convergência dessas múltiplas áreas do conhecimento é necessária para o entendimento de como os seres humanos se inseriram em determinados locais e como a modificação da paisagem interfere no mundo natural. Segundo José Augusto Drummond (1991, p. 180), “as disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa”. Worster é enfático em dizer que, “é acima de tudo a ecologia, que investiga as interações entre os organismos e entre estes e os seus ambientes físicos, quem mais pode ajudar o historiador ambiental” (1991, p. 203).

As relações entre organismos vivos e ambientes físicos estão estabelecidas em uma unidade denominada “ecossistema”, segundo Worster, “um ecossistema é a mais ampla generalização feita na ciência, compreendendo tanto os elementos orgânicos como inorgânicos da natureza reunidos em um único local” (1991, p. 204). Conforme Eunice Sueli Nodari:

Temos de prestar atenção ao fato de que povos diferentes escolheram formas distintas de interagir com o ambiente circundante e que suas escolhas têm ramificações não somente na comunidade humana, mas também no ecossistema maior. Ao escrever uma história de tais relações, trazemos ao palco principal um conjunto de personagens não humanos, que, geralmente, ocupam, quando muito, as margens da análise histórica (2010, p. 137.)

No decorrer desta discussão será possível observar como a palavra “sistema” pode aproximar a História Ambiental e a História Regional, sendo uma palavra que pode gerar múltiplas interpretações, Worster destaca que:

O palavreado derivado do estudo dos "sistemas" pode se tornar mistificador e cheio de jargões. O *American Heritage Dictionary* define sistema como "um grupo de elementos em interação, inter-relação ou interdependência, que forma, ou que parece formar, uma entidade coletiva". Pode-se, então falar de sistemas na natureza, na tecnologia, na economia, ou no pensamento e na cultura. E todos esses sistemas podem, por sua vez, ser encarados como estando em interação sistêmica, chegando-se assim a uma complexidade que embaralha a mente (1991, p. 204).

Assim como um arquiteto ou engenheiro civil desenvolvem a capacidade de identificar e analisar as perturbações ocorridas em um imóvel ou em uma paisagem urbana, o historiador ambiental deve ter a capacidade de identificar as mudanças e permanências em uma paisagem natural. Com relação ao conceito de “paisagem”, falaremos mais adiante sobre ele. Para Worster:

[...] a história ambiental deve incluir no seu programa o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza. Para o historiador o objetivo principal deve ser descobrir como uma cultura inteira – e não apenas indivíduos excepcionais dentro dela – percebeu e avaliou a natureza (1991, p. 210).

Na contemporaneidade, a História Ambiental busca diminuir a dualidade entre o mundo cultural e o mundo natural, fugindo de uma abordagem tradicional. Worster sugere que “o historiador ambiental tem que enfrentar o formidável desafio de examinar as ideias como agentes ecológicos” (1991, p. 211). Conforme Pádua, todos os seres vivos “constroem o seu mundo a partir da experiência, envolvendo organismo e percepção, mesmo que o domínio da linguagem e da cultura, com a amplitude e as características sintéticas observadas no ser humano, não esteja presente” (2010, p. 93-94). Conforme os historiadores Eunice Sueli Nodari e Marcos Gerhardt, “a História Ambiental também estuda as compreensões, os discursos, as explicações que as pessoas elaboram sobre a natureza e sobre as mudanças ambientais” (2010, p. 59).

A massificação da presença humana no planeta Terra em conjunto com todas as transformações ocasionadas pelas suas ações ao longo do tempo inaugurou um longo debate sobre um novo conceito geológico denominado “Antropoceno”. Segundo Pádua:

[...] a novidade a partir do Antropoceno é o fato de a ação humana, de maneira agregada, tocar nas macroestruturas do sistema Terra, na atmosfera, na biosfera, nos grandes ciclos biogeoquímicos que formam o planeta. A ideia de Antropoceno integra a história humana na história do planeta (2016, p. 11).

A História Ambiental tem se ocupado cada vez mais da discussão do Antropoceno como um resultado natural de ter o comprometimento de analisar historicamente as relações dos seres humanos com os ecossistemas, e como as macroestruturas do planeta são diretamente afetadas pela apropriação, por vezes predatória, destes espaços. Conforme Drummond (1991, p.180), a

História Ambiental da maneira como praticada atualmente é resultado de um esforço dos historiadores para reformular as análises históricas como uma reação a necessidade de ajustar o tempo geológico (ou natural) e o social. Conforme o historiador Paulo Henrique Martinez:

O exame dos significados das alterações e dos impactos ambientais derivados da intervenção humana, a começar pela sua própria historicidade, permite conhecer padrões de conduta e manejo do mundo natural. Os ambientes naturais são transformados e também transformam os homens e as sociedades, suas culturas e necessidades materiais e abstratas, gerando traços de civilização peculiares no tempo e no espaço (2011, p. 30).

Neste sentido, um dos grandes desafios da História Ambiental é fazer com que a humanidade perceba a vida de maneira orgânica, ou seja, nenhuma forma de vida é mais ou menos importante do que outra. Todas fazem parte deste complexo sistema de maneira integrada. Justamente quando falamos sobre “sistema”, é que podemos ampliar os horizontes da História Ambiental e discutir teoricamente com a História Regional. A historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel (1999) destaca que durante a década de 1970 pesquisas relacionadas a esse campo da historiografia se disseminaram pelas universidades brasileiras, sobrepujadas pelas novas abordagens que relegavam as narrativas generalizantes. A “região”, conforme Reckziegel é:

[...] dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado (1999, p. 19).

O historiador, ao investigar as interações humanas nos ecossistemas onde se insere, também identifica características próprias nestes que se diferenciam de região para região, e as dinâmicas dessas interações resultam em acontecimentos que interferem em contextos globais. Conforme Bonavigo:

O historiador da região deve questionar os saberes que deram forma, identidade, definição, que produziram características. O recorte espacial é sustentado, explicado e justificado por específicas formas de saber que se transformam em ações, discursos e práticas, ou seja, a região é resultado dos saberes e discursos que a formaram e a sustentaram (2023, p. 251).

A classificação dos sistemas naturais também passa pelo crivo dos seres humanos passando por processos de caracterização e descaracterização de tempos em tempos dependendo da maneira de como se apropriam desses espaços, a região, neste sentido é:

[...] uma invenção humana para ordenar a natureza, sejam regiões naturais, econômicas, políticas, morais ou administrativas, tudo isso em busca de significado e ordenamento para a dominação, interligado à forma de poder. A região concentrasse em um processo contínuo de construção e desconstrução, está em movimento (BONAVIGO, 2023, p. 252).

A maneira como os seres humanos ordenam os seus espaços acabam revelando uma multiplicidade de detalhes considerados previamente, sempre demonstrando ligação com questões vividas ou da percepção humana sobre aquele local. Um dos conceitos chave que demonstra como a História Ambiental e História Regional se aproximam teóricamente é o de “paisagem”, a paisagem é um dos principais objetos de estudo do historiador ambiental assim como do geógrafo. Identificar, analisar e compreender as mudanças e permanências no meio ambiente é parte primordial de ambos os ofícios. Conforme o historiador José D’Assunção Barros (2007, p. 99):

[...] uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade).

O conceito de paisagem também pode ser classificado para que seja possível distinguir características singulares de um espaço para outro, conforme Barros (2007, p. 99), “podemos falar de uma “paisagem natural”, mas também de uma “paisagem cultural” – esta última dando a perceber as interferências do homem que acabam por imprimir-lhe uma nova singularidade”. Desertos, florestas, cidades, possuem atributos próprios que servem de escopo para dar sentido a uma região. A toponímia regional, ou seja, o levantamento de e análise de nomes de lugares, cidades, rios, morros e vales, demonstram como a História Ambiental se aproxima da História Regional. Segundo Gerhardt e Nodari:

Muitos deles estão ligados às características do ambiente ou às ações humanas sobre a natureza: os municípios de Muitos Capões, Passo Fundo, Anta Gorda, Capão do Leão, Pinhal Grande e Vacaria no Rio Grande do Sul; Laguna, Capinzal, Pinheiro

SEMINA - REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UPF – ISSN: 2763-8804

Preto, Serra Alta e Erval Velho em Santa Catarina são exemplos claros de denominações que podem ser facilmente observados nos mapas. Rio das Antas, Barra Bonita, Lagoa dos Patos, Vargem Bonita e Pântano Grande são, igualmente, conhecidos nomes ligados à hidrografia que reportam a um passado de vínculos com a natureza. Um olhar mais detalhado, contudo, permite observar denominações locais com significados muito específicos para o estudo da história regional: Vargem do Cedro, Macacos, Timbozal, Barro Preto, Arroio Bonito e Morro Chato. Estudar a toponímia é, portanto, uma opção instigante para desencadear um estudo das relações humanas com seu ambiente (2010, p. 59).

Discutindo as modalidades historiográficas da História Regional e História Local, Barros (2022), sugeriu definir a “região” como um lugar integrado a um sistema com atributos próprios, também verificou que a utilização de ambas as modalidades parte de pressupostos inerentes à cultura historiográfica de cada país ou região. Segundo Barros:

A ideia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema – com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo (2022, p. 48).

A historiadora Débora Nunes de Sá (2017) propôs aproximar a História Ambiental da História Regional, ao pesquisar a história de uma Unidade de Conservação Federal, a Floresta Nacional de Passo Fundo, adotou alguns critérios para fundamentar e definir a “região”. O primeiro considerou o recorte fitogeográfico da área de ocorrência endêmica do ecossistema formado pela Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucária, no sul do Brasil. O segundo critério levou em consideração a região de estudo da Floresta Nacional de Passo Fundo e as relações que foram se estabelecendo ao longo do tempo, de forma natural ou artificial, no espaço onde está inserida. Conforme Drummond, “a história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos” (1991, p. 181). Gerhardt e Nodari defendem que “os temas e problemas ambientais contemporâneos são também sociais, políticos e culturais. Olhá-los exclusivamente no âmbito do tempo presente ou na perspectiva biológica e ecológica, pode gerar uma visão parcial e inconsistente da realidade e do problema” (2010, p. 61-62). Neste sentido, O Historiador Ambiental contribui cada vez mais nas discussões e embates da atualidade. Pádua argumenta que, “seja do ponto de vista epistemológico, seja do ponto de vista político, a percepção da unidade viva entre sistemas naturais e humanos se torna cada vez mais necessária”

(2010, p. 94). Dessa maneira, discutir a convergência teórica entre a História Ambiental e História Regional é pertinente, pois:

Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (PÁDUA, 2010, p. 94).

O historiador que opta por uma abordagem que valoriza a multiplicidade das análises históricas, considerando tanto questões relacionadas ao mundo natural quanto ao mundo cultural, elabora uma narrativa com significado, que enriquece a construção interdisciplinar do conhecimento histórico.

A pesquisa histórica em unidades de conservação

Nas últimas décadas a necessidade cada vez maior de compreender o mundo natural trouxesse para além das ciências naturais a responsabilidade dessa tarefa para as ciências sociais. O historiador que se propõe a investigar as relações dos seres humanos com a natureza precisa observar a vida e o ambiente que o cerca de maneira diferente daquele que apenas pesquisa o mundo cultural. As pesquisas relacionadas diretamente ou indiretamente com unidades de conservação tem se multiplicado no Brasil em virtude dessa necessidade de analisar e identificar as interações estabelecidas por estes dois mundos. Segundo os historiadores José Augusto Drummond, José Luiz de Andrade Franco e Daniela de Oliveira:

O reconhecimento da existência dessas fronteiras e o ímpeto de explorá-las de forma imprevedente une atores que, em outros aspectos, são muito diferentes entre si e que por vezes têm até interesses conflitantes – grandes e pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, assentados da reforma agrária, governantes, legisladores e planejadores federais, estaduais e municipais, partidos políticos progressistas e conservadores, garimpeiros e empresários da extração e da transformação mineral, empresários da construção civil, do corte e da transformação industrial da madeira, o setor de geração de energia hidrelétrica e os consumidores dessa energia – e assim por diante (2010, p. 341).

No Brasil utilizamos a terminologia “unidades de conservação” ao nos referirmos às áreas de preservação ambiental, internacionalmente o termo utilizado é “área protegida”. Os primeiros registros de propostas de criação de áreas voltadas à conservação da natureza em nosso país ocorreram na década de setenta do século XIX, quando o engenheiro André Rebouças sugeriu a criação de dois Parques Nacionais, um no atual estado do Tocantins e outro no Paraná (DEAN, 1996). Entretanto, os primeiros Parques Nacionais só foram criados durante a década de 1930, ou seja, seis décadas após as sugestões de Rebouças. O Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1939. Quem assumiu o protagonismo de criar o primeiro parque no Brasil com o objetivo exclusivo de conservar e proteger a natureza foi a cidade de São Paulo, fundando o Parque Estadual da Cidade, em 1896 (PÁDUA, 1997).

As décadas de 1930 e de 1940 foram marcadas por turbulências na política nacional, sob o governo do presidente Getúlio Vargas o país ganhou características organizacionais intervencionistas, centralizando o poder e a tomada de decisão em suas diversas estruturas. Foi em 1934, com o Decreto nº 23.793, que o Código Florestal definiu legalmente a criação de parques nacionais, estaduais e municipais, classificando as florestas em quatro categorias: “protetoras”, “remanescentes” (estas sob regime de proteção permanente), “modelo” e “produtivas” (estas com finalidade comercial). As florestas protetoras, posteriormente passaram a serem denominadas como Área de Preservação Permanente (APP), de acordo com o Código Florestal de 1965. As florestas modelo para fins comerciais foram as que serviram de escopo para as Florestas Nacionais (FLONA) que se perpetuaram inicialmente na região sul e depois acabaram se espalhando para outras regiões do país, da década de 1930 até a década de 1970, variados tipos de parques e florestas foram criados no Brasil.

A partir da década de 1980 e 1990 novas categorias de unidades de conservação foram criadas como a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), convidando a iniciativa privada a participar e se responsabilizar pela conservação dos recursos naturais (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006). Da década de 1990 para cá, observou-se uma diversificação de categorias de unidades de conservação, sobretudo, por um debate global, no âmbito político e social, da necessidade de proteger a biodiversidade e as características únicas de determinadas paisagens naturais (PÁDUA, 1997).

Organizar e gerir todo esse aparato não foi tarefa fácil para o governo brasileiro, a partir da Lei nº 9.985, de julho de 2000, criou-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), propondo administrar, planejar e potencializar o papel das unidades de conservação

do país de maneira integrada. A Lei regulamentada pelo Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, instituiu o art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal que define uma unidade de conservação como: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Conforme Drummond, Franco e Oliveira:

[...] o objetivo específico da Lei do Snuc foi estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. A lei ensejou um movimento no sentido da padronização e da organização das categorias de manejo. Algumas, existentes no âmbito federal, estadual e municipal – com denominações tais como parques florestais, estações biológicas, reservas ecológicas, parques ecológicos, reservas florestais, estradas-parque – deixaram de ser oficialmente reconhecidas. Elas agora precisam ser recategorizadas para se adequarem ao Snuc (2010, p. 347).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação organizou as unidades de conservação dividindo-as em dois grupos, as de proteção integral, e as de uso sustentável. O primeiro grupo tem o objetivo de preservar a natureza, admitindo o uso indireto dos recursos naturais, são cinco as categorias pertencentes ao primeiro grupo: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA), entretanto, quando a unidade de conservação é criada pelo estado ou município é denominada Parque Estadual ou Parque Natural Municipal; Monumento Natural (MN); e Refúgio de Vida Silvestre (RVS), a pesquisa científica é permitida, salvo alguns casos específicos. O segundo grupo tem o objetivo de integrar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, nessa categoria há maior participação da sociedade civil e conseqüentemente, múltiplos interesses na exploração desses recursos, nesse grupo há sete categorias presentes: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA), se criadas por iniciativa do estado ou município é denominada Floresta Estadual ou Municipal; Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva de Fauna (REFAU); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Conforme os dados atualizados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (CNUC-MMA) o Brasil possui 2.659 unidades de conservaçãoⁱⁱⁱ.

ⁱⁱ Dados verificados do Painel Unidades de Conservação Brasileiras do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://cnucc.mma.gov.br/powerbi/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Apresentado o conceito e panorama geral sobre unidades de conservação, grosso modo, cada uma delas pode representar ao menos uma possibilidade de pesquisa. Tomemos como exemplo a pesquisa sobre a Floresta Nacional de Passo Fundo da historiadora Débora Nunes de Sá, que fora comentada no tópico anterior. Foi a primeira pesquisa aprofundada sobre FLONA no Brasil, sendo publicada em 2017, outra pesquisa sobre a Floresta Nacional de Chapecó, da historiadora Michely Cristina Ribeiro, foi publicada em 2020ⁱⁱⁱ. Isso demonstra uma tendência cada vez maior da presença de historiadores nesses espaços, antes ocupados majoritariamente por profissionais das ciências da natureza. Sendo pesquisas muito recentes e específicas, servem de referência e incentivo para historiadores interessados em pesquisar o mesmo assunto.

As primeiras Florestas Nacionais, instituídas na região sul do Brasil, remontam a década de 1940, ou seja, são unidades de conservação antigas imbuídas de muita história, possibilitando o historiador, trabalhar em um recorte temporal robusto. Observemos aqui que nos referimos a um caso muito específico e nem todos oferecem essa possibilidade de recorte temporal. Outro fator importante a ser considerado é a viabilidade de realização da pesquisa, sem um problema de pesquisa e sem fontes, ela não acontece. Conforme José de Assunção Barros, “um "problema de pesquisa" corresponde a uma questão ou a uma dificuldade que está potencialmente inscrita dentro de um tema já delimitado (resolver esta questão ou esta dificuldade é precisamente a finalidade maior da pesquisa). O "problema" tem geralmente um sentido interrogativo” (2005, p. 39). Neste sentido, o historiador ao decidir investigar a história, ou as possíveis histórias em torno de uma unidade de conservação deve observar quais questões (problemas) se apresentam a ele. Conforme Martinez:

O campo de atuação dos historiadores adquiriu novas dimensões com a prescrição de políticas e planos de manejo para as distintas modalidades de unidades de conservação no Brasil, como parques e florestas nacionais, reservas extrativistas e biológicas, entre outras. A avaliação e a redefinição constante sobre a presença humana, os usos sociais possíveis e a capacidade econômica mobilizam diferentes conhecimentos e demandam distintas abordagens disciplinares. A visitação regular, o ecoturismo, a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação, impõem o planejamento, a fixação de metas e diretrizes, ações de gestão e de infraestrutura para a instalação de alojamentos, acomodações para visitantes, funcionamento de laboratórios, auditórios e museus. O conhecimento histórico tem se revelado um aliado frequente na criação e na gestão de unidades de conservação (2011, p. 33).

ⁱⁱⁱ RIBEIRO, Michely Cristina. *Um histórico da criação da FLONA: a Floresta Nacional de Chapecó (1960-1988)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

Um tema muito presente hoje e amplamente discutido nas ciências humanas e da natureza é o da sustentabilidade, unidades de conservação de “uso sustentável” levam na sua própria nomenclatura uma possibilidade de investigação. Débora Nunes de Sá resolveu um problema de pesquisa explicando como um parque florestal inicialmente criado para a pesquisa, manejo e exploração florestal de espécies madeiráveis mudou de função, passando a uma unidade de conservação da biodiversidade. Segundo Sá, as Florestas Nacionais são, “[...] produto de um projeto político com influência dos processos biofísicos e socioculturais. A produção de madeira deixou de ser o objetivo principal e ampliou-se a conservação da biodiversidade e o uso múltiplo, ao lado do manejo sustentável de espécies madeiráveis” (2017, p. 185).

As fontes formam a base empírica de qualquer pesquisa histórica, analisando os trabalhos sobre FLONA de Sá e Ribeiro é possível observar a diversidade tipológica de fontes das quais o historiador pode empregar ao desenvolver uma pesquisa sobre unidades de conservação. Atentemo-nos as fontes orais, por exemplo, uma pesquisa sobre Florestas Nacionais que possuem todo um trabalho humano envolto, deve incluir esse tipo de fonte para que o desenvolvimento da pesquisa não perca detalhes importantes que, em partes, a pesquisa documental não nos mostra. Para José Carlos Sebe Bom Meihy, “a história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdam os dilemas e as benesses da vida no presente” (2002, p. 24).

Dessa maneira, é necessário que o historiador, conforme fora discutido no tópico anterior, utilize-se de uma ampla variedade de análises históricas como a história oral para enriquecer o seu repertório investigativo. Entretanto, é necessário salientar que o historiador que decide trabalhar com fontes orais, deverá solicitar algumas autorizações, inclusive dos entrevistados, para isso, deverá passar pelo crivo de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que irá analisar se o projeto de pesquisa está em conformidade técnica. Segundo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) os CEP são, “colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para

contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos^{iv}”. Todas as instituições do país que desenvolvem algum tipo de pesquisa científica sejam universidades, hospitais ou laboratórios, possuem vínculo com algum Comitê de Ética em Pesquisa, estes são numerosos e estão espalhados por todas as regiões do Brasil.

As pesquisas históricas realizadas *in loco* em unidades de conservação, assim como acontece nas disciplinas das ciências da natureza, também necessitam de autorização prévia para serem realizadas. Essas autorizações são adquiridas com os órgãos que administram as unidades de conservação, seja em esfera municipal, estadual e federal. No caso de unidades de conservação administradas pelos municípios e pelos estados, as autorizações são solicitadas através das Secretarias do Meio Ambiente (SEMA), já as administradas pela esfera federal, a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), devem ser realizadas através de cadastro no Sistema de Autorização e informações em Biodiversidade (SISBIO). Dentre as autorizações que podem ser solicitadas na plataforma estão; autorização para atividades com finalidade científica; autorização para atividades com finalidade didática; licença permanente, dentre outras^v. Entretanto, deve-se sempre considerar uma possível negativa desses órgãos, antes de submeter um projeto de pesquisa é pertinente realizar um contato prévio com os gestores dessas unidades de conservação e verificar se os recortes temático, temporal e espacial estão bem definidos.

Como visto no início da discussão deste tópico, há sempre atores e interesses no âmbito econômico, político e social que podem ser investigados. Neste sentido, conforme discutido no tópico anterior, a História Ambiental e História Regional auxiliam o historiador no desenvolvimento teórico-metodológico. Conforme Barros, “A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras” (2005, p. 44). Dessa forma, seguindo o exemplo de Sá, esboçado no tópico anterior, ao pesquisar uma unidade de conservação é possível delimitar um recorte espacial e definir a

^{iv} BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre direitos e deveres que dizem respeito aos participantes de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 21 ago. 2023.

^v BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Pesquisas nas Unidades de Conservação Federal (UC's) – SISBIO. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/autorizacoes/pesquisa-nas-ucs-sisbio/> Acesso em: 21 ago. 2023.

“região” a partir da área de ocorrência endêmica de um ecossistema, ou a partir de paisagens naturais e lugares com características e sentidos próprios. Cada unidade de conservação possui alguma característica distinta das demais, foram e seguem sendo criadas por algum fator ecológico, político, ou por razões identitárias da coletividade humana. Conforme Drummond, Franco e Oliveira:

[...] as primeiras iniciativas de preservação e conservação de áreas, em geral, focalizaram paisagens raras ou excepcionais, e/ou floras e faunas de forte apelo estético, que pudessem ser visitadas com relativa facilidade por grande número de pessoas. No entanto, a emergência e a evolução da ciência da ecologia, o progresso dos instrumentos de mapeamento em escala continental e global, e o acúmulo de conhecimentos sobre as diferentes paisagens naturais e processos ecológicos, ao longo do século XX, mudaram o foco original. Todas as paisagens, formações vegetais e animais ganharam “cidadania” nos esforços conservacionistas, a partir da compreensão do valor ecológico, mesmo daqueles ecossistemas e paisagens sem apelo estético, e do papel importante de todos os seres na manutenção dos processos vitais (2010 p. 364-365).

As implicações desse fenômeno emergente afetam diretamente as ciências sociais que são incumbidas cada vez mais de desmistificar os processos de transformação desses ecossistemas e paisagens, do passado e presente. Como bem disse Worster (1991, p. 214), “o desafio que temos de enfrentar agora é extrair algum sentido deles – e, neste caso, extrair sentido do seu complexo funcionamento conjunto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre pertinente discutir teoricamente as muitas modalidades historiográficas, a premissa de trazer diferentes interpretações sobre categorias e conceitos acabam ajudando na manutenção destes e do conhecimento histórico. Neste artigo discutimos como a História Ambiental e a História Regional dialogam sistematicamente, auxiliando o historiador na definição de seus recortes, principalmente, aquele que se propõe pesquisar as relações estabelecidas entre o mundo natural e o mundo cultural. Apresentamos e discutimos alternativas e caminhos a serem seguidos pelos que optarem por realizar pesquisas históricas sobre, e, em unidades de conservação. A presença de historiadores nesses espaços, ainda que incipiente, torna-se cada vez mais indispensável, visto a necessidade de compreender os impactos das ações dos seres humanos na natureza e como isso nos afeta direta ou indiretamente. Em um período da trajetória humana em que se experimenta a cada dia que passa

as consequências da falta de zelo com a natureza, cabe à História abraçá-la, em conjunto com as demais ciências que tem empregado um esforço coletivo orgânico em defesa do mundo natural, ou melhor, da vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 95-129, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BONAVIGO, Mateus Manfrin. História Regional: análises historiográficas. *Revista Semina*, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.245-261, mai-ago. 2023.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 171-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto.; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Brazilian environmental laws and policies: 1934-2002: a critical overview. *Law & Policy*, v. 28, n. 1, Jan. 2006.

DRUMMOND, José Augusto.; FRANCO, José Luiz de Andrade.; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R.S. (org.). *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília, Distrito Federal: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 341-385, 2010.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: um olhar prospectivo. *Caderno de Pesquisas do CDHIS*. Uberlândia, vol. 24, n. 1, p. 23-35, jan-jun. 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NODARI, Eunice; GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al (org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: ANPUH, 2010. p. 57-73.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 9, n. 1, 2009, p. 135-149.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 81-101.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, 1999, p. 15-23.

SÁ, Débora Nunes de. *Uma história ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo (1946-2011)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, 1991, p. 1